

Entre o Real e o Imaginário: história, literatura e identidade

Elisabete Peiruque

UFRS

“A História constitui para a sociedade atual um dos fundamentos mais importantes da memória coletiva e, por conseguinte, da identidade”.

José Mattoso

Resumo:

O texto constitui um estudo sobre o romance de Lobo Antunes e a revisão da História pela literatura, contrapondo-o brevemente com os romances da primeira fase de José Saramago. Através da história de uma família, o autor representa a realidade do colonialismo em uma Angola independente, porém destruída pela guerra. Pela memória de quatro personagens, a trama romanesca desenrola-se ao longo de 15 anos, apresentando os horrores da guerra colonial e o regime desumano que a antecedeu bem como os dramas pessoais dos colonizadores que lutam para não perderem seu lugar na sociedade colonizada da África, ainda que conscientes de viverem da exploração dos nativos. Pela voz de uma das personagens, lê-se o *mea culpa* português, uma auto-acusação que desmente de vez qualquer idéia que queira resgatar o colonialismo.

Abstract:

The text is a study about Lobo Antunes romance *O esplendor de Portugal* and the history revision. The author represents through family story the colonialism reality in Angola, now an independent country but destructed by the war. By the four personages memory, the horror fifteen years war story appears by showing the truth about colonial society. In same time it's possible to understand the personal problems of the colonizer and their fight do not loose the power that they know it's native's men exploration. There is a Portuguese *mea culpa*.

Palavras-chave: colonialismo, identidade, História, literatura.

Key-words: colonialism, identity, History, literature.

Mots-clés: colonialism, identité, Histoire, littérature

Palabra clave: colonialismo, identidad, historia, literatura

Refletir sobre o passado das nações e o que a História registrou dele é quase uma necessidade neste nosso tempo de situações irreversíveis na

descaracterização das culturas nacionais como resultado do processo de globalização da economia. As identidades culturais nacionais em perigo - ou tendo-o como ameaça no horizonte - acionam nacionalismos e geram imaginários que serão representados pela literatura, muito especificamente pelos romances. Tal fato traz à tona as relações História e ficção, o que permite pensar romances contemporâneos como textos que reescrevem a História dita oficial.

O título do presente texto remete para uma reflexão sobre uma das vertentes da literatura portuguesa no pós 25 de abril, quando o país ibérico emerge para o contexto europeu e mundial - depois de décadas de isolamento - em meio ao processo já acelerado da economia globalizada representada na Europa pela, hoje, União Européia. Essa é a situação a ser enfrentada por todos os países, situação que envolve uma revisão do passado apreendido pela História, e que também permite compreender o surgimento ou ressurgimento de movimentos nacionalistas baseados em etnias ou diferenças de fundo às vezes lendário. Ao mesmo tempo, o repensar a identidade leva a repensar a questão da alteridade ignorada no regime colonial de que Portugal foi o último remanescente. A realidade do colonialismo, vindo à luz cada vez com mais intensidade após a descolonização, ocasiona uma virada no pensamento europeu, porque impera uma “consciência pesada”, segundo Marc Ferro. Para ele, “o anticolonialismo agora ocupa todos os espaços (...) assim, por uma exigência última de orgulho, a memória histórica européia atribui-se um derradeiro privilégio, este de denegrir suas próprias atrocidades, de avaliá-las ela mesma com uma intransigência excepcional” (1996, p. 11). É toda uma maneira de pensar, refletida na teoria e na ficção, diferente daquela que fazia do colonizador um conquistador digno de admiração, quando não de piedade pelo “meritório sofrimento” (idem). Ou do que se dizia do cidadão inglês da passagem do século, isto é, que vivia euforicamente e sem constrangimentos a realidade de pertencer a um Império em expansão no qual o sol jamais se punha. Nesse sentido, a nova postura para um passado tão próximo - memória ainda viva para muitos que dele participaram -, curiosamente, é uma conseqüência positiva disso que se afigura como uma conjuntura da qual não se sabe, com certeza, os rumos. O que se observa é o fim

de “uma conspiração de silêncio em torno da verdade colonial” (Bhabha, 1998, p.177), no qual a literatura tem papel preponderante. O caos econômico e político que, até hoje, dificilmente, as ex-colônias têm conseguido superar, além da destruição das suas tradições culturais, justifica a acusação para os primeiros conquistadores e para as gerações seguintes de colonizadores. Esses encobriam o fato de que a África negra não era o que faziam crer: um território de indivíduos animalizados com a finalidade de legitimar os atos de invasão e dominação. As potências colonizadoras ignoraram, intencionalmente, o fato de que na África havia estados organizados e algumas formações estatais, para não falar de países como Egito e Tunísia aos quais foi imposta a categoria de protetorado. Como, se o fato de se tratar de sociedades tribais, como eram alguns casos, pudesse desculpar a desumanidade da exploração.

Como as demais nações européias já vinham vivenciando, Portugal, com o 25 de abril, experimenta a dupla situação que é a necessidade de salvaguardar as suas tradições culturais e o passado que lhe dá unidade, bem como a realidade dos efeitos da descolonização, já constatados para além de suas fronteiras. Na primeira, partilhada de modo geral no mundo globalizado, coloca-se a questão que Eduardo Lourenço define como “não a identidade propriamente dita, mas a sua perturbação”, algo que só aparece quando é ferido na sua essência (1994, p. 9). Quanto à segunda, e agora especificamente em relação a Portugal, a descolonização surgiu de forma gritante com a grande leva de retornados da primeira hora, em fuga das colônias independentes, posteriormente acrescida pela leva dos soldados e dos ex-colonizados. Esses, em busca de uma sobrevivência tornada quase impossível nos seus países dilacerados pela guerra interna, passam a integrar o que é hoje o panorama de um mundo marcado de maneira indelével pelas grandes migrações pós-coloniais. Não havia, pois, como não tomar conhecimento do que havia sido o Império português. Boa parte da obra de Lobo Antunes, já a partir de seu primeiro romance, desvela a realidade que gerou a guerra colonial e as conseqüências da independência nas colônias.

Pessoas que viveram o tempo da ditadura e do chamado Império dão seu depoimento, afirmando não haver entre o povo português a consciência de



constituir tal Império. Essa imagem, veiculada pela propaganda do regime do Estado Novo, talvez conseguisse ocultar para a grande maioria o que significava realmente a presença de Portugal na África, aliás, nada diferente da de outros países colonizadores. Foi a guerra, enviando milhares de jovens para lutar, que trouxe à luz a realidade da colonização. O personagem de Versos satânicos reitera essa idéia quando afirma a respeito dos ingleses que o seu problema está em que a história para eles “se fez no além-mar, daí eles não sabem o que ela significa” (apud Bhabha, 1998, p. 26).

As reflexões a seguir amparam-se, pois, na conjuntura que devolveu a liberdade a Portugal, suas relações, a partir daí, com a questão identidade/alteridade - problema gerado pela economia em escala planetária - e suas representações literárias. Assim sendo, o estudo fará uma abordagem do romance de Lobo Antunes, *O esplendor de Portugal*, e pelo fato da obra tratar de um passado recente da história deste país, será mencionado como contraponto o romance de José Saramago intitulado *História do cerco de Lisboa*, já que esse autor também usa a História na criação ficcional. Ambas as obras constituem, através de um diálogo e do entrelaçamento da história com a literatura, o verso e o reverso de uma mesma situação, discursos não antagônicos, mas complementares, representativos de um imaginário de identidade e seu contraponto de alteridade, imaginário esse desencadeado pela nova configuração do mundo. Os dois escritores, ao falarem metaforicamente da questão candente da identidade nacional e seu corolário, extrapolam os limites da questão em Portugal, e suas obras constituem leituras do que é o mundo de nossos dias. Quanto a Saramago, como se sabe, a escrita de *Memorial do Convento* também recupera o passado histórico de Portugal. E a guerra colonial que, de acordo com o escritor João de Melo, marcou toda uma geração em Portugal, veio a ser tema de inúmeras obras, das quais é possível lembrar do próprio João de Melo, *Autópsia de um mar de ruínas* e o belíssimo conto de José Cardoso Pires, *Por cima de toda a folha*.

É de se observar num primeiro momento, a ironia presente nos títulos, ainda que com diferentes conotações. *História do cerco de Lisboa* não é *História*,

mas, sim, a sua ficcionalização irônica, uma paródia, naquele sentido que lhe confere Linda Hutcheon, isto é, uma repetição que aponta a diferença no âmago da semelhança (1991, p. 47). E a ironia do ‘esplendor’ aponta para as duas direções: dominando as colônias, Portugal poderia ter sido economicamente forte, frente aos demais países europeus, como o império inglês ou o francês, por exemplo, o que se sabe não ser verdade, por ser exatamente o oposto, ou seja, era um dos países mais pobres da Europa, com um índice absurdo de analfabetismo. E o que sustentava a falsa idéia de Império era uma miséria cruel, marcada por atrocidades e exploração.

A temática da História encontra lugar e receptividade à conta de um novo panorama político. José Mattoso, quando fala da identidade portuguesa, sublinha os novos horizontes que se abriram com a mudança do regime na sociedade portuguesa, fato que envolve o final do proclamado Império e a realidade dura de uma economia abalada pela guerra nas colônias. Havia, além disso, a suposta política atlântica que isolou o país do resto da Europa como se isso representasse uma decisão livre e não a conjuntura que se criou. Diz José Mattoso:

Foi preciso a democratização da sociedade portuguesa, e a perda das colônias para que o passado deixasse de ser visto como um tempo glorioso ou como uma ‘idade de ouro’. A História passou, então, a poder narrar um passado real, com ganhos e perdas, com avanços e recuos, fidelidades e traições, sucessos e insucessos, unanimidades e contradições; e apesar de tudo como um passado constitutivo da coesão nacional, pelo simples fato de ser um passado comum e de resultar de uma experiência em conjunto ou tornada memória coletiva (2001, p.104).

Em outros termos, esse passado é a herança recebida. Para bem ou para mal.

A necessidade de rever o passado para projetar o futuro implica, pois, aceitar o passado registrado pela História, agora desmitificada de glórias inventadas ideologicamente. E mais adiante, já sem a censura do regime que perseguia qualquer ato ou palavra que sugerisse comunismo, foi a aceitação da verdade do que era a África portuguesa, talvez veiculada primeiramente pela literatura em textos, por exemplo, como o conto de Cardoso Pires já mencionado,



de 1978. A revelação seguir-se-á mais tarde através dos documentos levantados para a construção da História. Pense-se também na literatura dos escritores angolanos e moçambicanos como Pepetela e Mia Couto, por exemplo.

Ainda pensando identidade e alteridade na História resgatada pela literatura, em Saramago, a História é vista pelo avesso através de intervenções do narrador e falas dos personagens que deixam evidentes os mecanismos ideológicos aos quais sempre esteve presa. Saramago faz da História uma ficção e introduz-lhe aquilo que é intencional invenção para mostrar a subjetividade do historiador e, assim 'limpar' o passado, neste caso, o português, de feitos gloriosos fabricados. Em Lobo Antunes, a história brota das malhas da ficção, e em suas narrativas ficcionais ocorre propriamente o resgate da história - resgate como denúncia -, uma vez que o que está à frente do texto, inversamente ao romance de Saramago, é uma história recente feita de violência, de guerra pelo poder, de vinganças pelas humilhações infinitas, através da qual se conhece a verdade do colonialismo. Ambos dão conta do momento de transformação em Portugal - mas não só - e o que dele se espera.

Os romances de Saramago, construídos para dar uma idéia de oralidade, uma pseudo-oralidade por assim dizer, não teriam passagem durante a ditadura, pela sua ironia cortante contra a Igreja, sempre associada ao poder. Quanto a António Lobo Antunes, igualmente seria barrado pela censura à conta da denúncia que o romance constitui porque, através de suas narrativas fragmentadas, recupera a memória viva da história portuguesa próxima, repetida em alguns dos romances seguintes de maneira quase obsessiva, num registro de memória que também aponta para o papel da Igreja durante a ditadura. Em Lobo Antunes é a memória de fatos muito próximos, sentidos ainda com o calor da emoção. Saramago relê a história num momento em que a própria disciplina é enfocada sob outra ótica, não mais aquela positivista, a dos documentos sacralizados como tais. Aquele cumpre o papel defensor da memória trágica para que o esquecimento não permita a repetição da história de cujas conseqüências também Portugal ainda se ressentente.

Um breve passeio pelo romance de Saramago servirá para pensar mais detidamente o outro romance. Com uma crítica para a escrita da História, que é ao mesmo tempo um olhar para o passado português cuja visão estagnada no século XVI fez o país parar, Saramago integra-se pela via estética à nova postura frente ao fazer histórico. Fazendo ficção e não História, ainda que amparado em documentos, o autor representa o imaginário de identidade pelo passado memorado. São várias as passagens do romance em que ele, de maneira metafórica, solapa a História oficial, já que sua narrativa ataca ironicamente a questão das fontes de que se serve o historiador, o trabalho de seleção que inegavelmente faz parte do seu ofício e dos acréscimos - ficções - que ele, necessariamente, faz, ao preencher o discurso por uma lógica que é também fruto de sua subjetividade.

Marc Ferro, na sua História das colonizações, fala numa contra-história que vem aparecendo como resposta a isso que se pode ver como nivelamento cultural e que torna o mundo cada vez mais igual, sem que isto signifique uma real igualdade social. Se, da ideologia do colonialismo resultou a imagem falsamente construída de um ato civilizatório que a Europa concedia aos povos selvagens, o que ocorre com a mundialização imperialista tem efeitos mais ou menos semelhantes, talvez a mais longo prazo. O que Ferro chama de uniformização do conhecimento histórico - com a mídia intervindo no processo - também é danoso porque pode terminar por pasteurizar o passado colonial tornando-o normal, palatável. “(...) hoje há africanos que consideram que os resultados da tutela colonial não foram tão nefastos quanto se pensou”, diz Marc Ferro (1996, p.216). Poder-se-ia acrescentar a palavra ‘já’ antes do verbo considerar, para assinalar quão fácil é esquecer o passado. Igualmente Edward Said chama a atenção para alguns intelectuais do Terceiro Mundo - felizmente, diz ele, muitíssimo raros - que, frente ao caos posterior à descolonização, atribuíam aos seus próprios povos as culpas, recordando que a situação pré-colonial já era péssima e que os nativos haviam retornado a ela. (1995, p. 53). Tais idéias terminam por atenuar caráter maléfico do colonialismo. Marc Ferro mostra a contra-história como a resposta das sociedades destruídas que buscam a



sua verdade e em relação a algumas em especial diz: “Por muito tempo, a tradição oral e depois o filme foram as formas mais eficazes para divulgar essa contra-informação. (...) para que se perceba claramente que cada sociedade gera sua própria contra-história, diante da uniformização do conhecimento histórico”, (1996, p. 402). Certamente a literatura produzida nas ex-colônias portuguesas coloca-se nesse mesmo nível, mas também, e curiosamente, pode-se dizer o mesmo daquela produzida fora pelos que tiveram e têm na memória a imagem real do que era o Império. Uma solidariedade, uma consciência crítica da parte de quem presenciou o colonialismo faz com que um escritor português assuma ironicamente o ponto de vista do ex-colonizador, para dar conta da posição do ex-colonizado.

Dessa maneira, o conceito de contra-história pode ser aplicado ao romance de Lobo Antunes. Mais especificamente, romances como *O esplendor de Portugal* são elementos que contribuem para a construção da contra-história do colonialismo - e assim a sua História -, de forma semelhante àquela que fez do romance histórico de Herculano um dos agentes construtores do nacionalismo português.

Em primeiro lugar e de modo amplo, o romance vai destruir a idéia de civilização que aparecia como a bandeira do colonialismo, substituindo aquela da evangelização lá no distante século XVI.

O meu pai costumava explicar que aquilo que tínhamos vindo procurar em África não era dinheiro nem poder mas pretos sem dinheiro e sem poder algum que nos dessem a ilusão do dinheiro e do poder que de fato ainda que o tivéssemos não tínhamos por não sermos mais que tolerados, aceites com desprezo em Portugal, olhados como olhávamos os bailundos que trabalhavam para nós e portanto de certo modo éramos os pretos dos outros da mesmo forma que os pretos possuíam os seus pretos e estes os seus pretos ainda em degraus sucessivos descendo ao fundo da miséria... (p.255)

Essa é a voz de Isilda, a mulher branca que decide salvar o patrimônio ou o resto dele ficando na África convulsionada pelas guerras internas. Marc Ferro reitera tal posição representada literariamente, quando se refere aos cidadãos que se tornaram colonizadores, os quais “não teriam acesso às mesmas vantagens e não poderiam ter enriquecido da mesma maneira” em seus países de origem

(1996, p. 96). Quem era o colonizador ou colono? Isilda responde: “Quando um dia lhe perguntei no escritório a razão de ter vindo para Angola respondeu que se ficasse em Portugal continuava a bater autos à máquina numa esquadra, que em Malanje comandava o grupo de brancos e de cipaiais a que chamavam polícia sem ninguém lhe pedir contas” (1996, p.305).

O romance, uma série de quadros em tempos diversos, narrados como um entrelaçamento do presente com o passado pela via da associação de idéias, dá conta do regime e do que o motivou. “Relembrar, diz Bhabha, nunca é um ato tranqüilo de introspecção ou retrospecção” (1998, p. 101). Todo o romance é marcado por uma memória dolorosa, ninguém é feliz com o que lembra, porque, na verdade, esse passado foi cruel, a consciência constantemente - habilmente - sufocada em relação ao que era o sistema colonialista. Isilda será a representação do esboço de arrependimento que se capta quando diz “percebe-se perfeitamente que têm medo de nós” na sua “inocência infantil sem orgulho” (p. 359)?

Iniciativa das potências européias em busca de poder, umas contra as outras, isto proporcionou os desmandos de iniciativas privadas, de tal forma que se pode pensar quase em um sistema feudal no qual o proprietário era senhor de vida e morte dos que estavam sob a sua tutela e mando. A ausência de um controle por parte da metrópole, se é que houve um dia tal intenção, permitiu desmandos a que a PIDE, já na guerra colonial, deu toda a força. Enriquecer explorando, sem nenhuma punição a atos de abuso de poder, era a lei não escrita. “O governador aconselhava-nos a enterrar os cadáveres - sobretudo que não se saiba nos jornais, sobretudo que não se saiba no estrangeiro” (p. 309), lê-se em *O esplendor de Portugal*. Pode-se imaginar que, se havia documentos que pudessem denunciar as arbitrariedades do regime, esses teriam sido destruídos. Daí a importância da literatura - desse romance - para guardar na memória o que o tempo poderá apagar.

Choca a qualquer um o que se lê em textos da época do início do colonialismo. Conforme Héctor Bruit (1994), de um certo padre Muller, em palavras transcritas por um francês, doutor em filosofia, tomista e defensor do colonialismo de seu país: “A humanidade não deve, nem pode aceitar mais que a



incapacidade, a negligência, a preguiça dos povos selvagens deixem indefinidamente sem emprego as riquezas que Deus lhe confiou com a missão de utilizá-las para o bem de todos” (p. 12). De Albert Sarraut: “Em nome do direito de viver da humanidade, a colonização, agente da civilização, deverá tomar a seu encargo a valorização e a circulação de riquezas que possuidores fracos detenham sem benefício para eles próprios e para os demais” (p. 11). De Edmond Desmolins: “Quando uma raça se mostra superior a outra nas manifestações da vida cultural, de modo inevitável, termina por dominar a vida política e impor, de modo permanente, sua superioridade” (p. 9). No romance, o personagem Rui descreve uma sala de aula, para brancos obviamente, onde se vê um letreiro “Somos o facho da civilização” (p. 216). O que hoje se chama lavagem cerebral pode ser aplicado ao que se fez ao negro, levando-o a internalizar a inferioridade que lhe era atribuída pelo colonizador branco. Para Homi Bhabha, “a criança negra afasta-se de si própria, de sua raça em sua total identificação com a positividade da brancura que é ao mesmo tempo cor e ausência de cor” (1998, p.118).

Percebe-se uma ambigüidade que não é possível esconder sob o propósito dito civilizador. É a consciência falsa da superioridade da raça que aparece para justificar o que veio a ser efetivamente a exploração total das colônias. A atitude dos governos, endossada por intelectuais, contribuiu para a exploração em nível individual e organizado, que, talvez sem aquela, não tivesse existido. Não ter que dar contas a ninguém, como diz o pai de Isilda. E essa, no seu monólogo:

(...) a erva das campas contava uma história muito antiga de gente e bichos e assassínios e guerra que eu não entendia por medo de entender, segredando sem parar a nossa culpa, acusando-nos - que injustiça - de termos chegado como gatunos, inclusive os missionários, os cultivadores, (...) a erva das campas repetindo mentiras que o meu pai aconselhava tapando-me as orelhas – não escutes. [Ou] as ervas sobre as campas como se segredassem que a minha família e a família antes da minha tinham chegado como salteadores e destruído a África (p.79).

Héctor Bruit, ao se referir à guerra dos ‘boers’, deixa evidente a natureza do colonialismo, onde uma fachada oficial encobria interesses privados: “à sombra do imperialismo ficaram os povos e a terra africana cobertos de sangue e miséria” (p. 28).

O suposto interesse de educar que em si seria trazer o ensino é representado numa passagem do romance, mostrando a falsidade do projeto colonial: “o cabinda escrevendo no português ensinado na missão numa cubata (...) o padre a perguntar nomes de cidades que não veria nunca (...) - o teu nome é assim faz as letras do teu nome para o senhor administrador ver” (p.87). Marc Ferro vê a questão do ensino das línguas dos colonizadores e suas conotações ao longo do processo colonial:

O estudo das línguas e sua evolução são reveladores. Comparemos. Primeira etapa: na colônia, o francês, o inglês ou o espanhol só aprendem a língua nativa para mandar mais. Segunda etapa: hesitam em ensinar aos indígenas a cultura metropolitana, temendo aguçá-los demasiado a curiosidade. Terceira etapa: anglo-saxões, franceses, russos e sobretudo soviéticos, difundem o ensino de suas próprias línguas para perpetuar sua superioridade técnica, política e cultural (1996, p. 396).

Portanto, e pelo que se sabe sobre a ignorância em que os negros foram mantidos, o ensino era aparência, quando chegava a isso.

A contra-história que o romance de Lobo Antunes ajuda a construir desmistifica a igualdade racial, desmentida pelos acontecimentos de 1961, como lembra Marc Ferro, agora referindo-se especificamente a Portugal. Em 1967, cita as palavras de Franco Nogueira, ministro dos Negócios Estrangeiros:

Só nós, antes de todos os outros levamos à África a idéia de diretos humanos e igualdade racial. Só nós praticamos o ‘multirracismo’, a expressão mais perfeita da fraternidade entre os povos. Ninguém no mundo contesta a validade desse princípio, mas hesita-se um pouco em admitir que é uma invenção portuguesa, e reconhecê-la faria crescer nossa autoridade no mundo” (p. 169).

Discurso salazarista, em plena guerra colonial, infere-se que somente a censura poderia calar o resto e deixar passar isso que é elogio à ditadura e uma mudança do discurso racista que antes aparecia claramente. A citação que está em Marc Ferro suscita o comentário sobre a “orgulhosa catilinária”: “não é uma declaração improvisada. A idéia que ela transmite está bem arraigada na consciência histórica dos governantes portugueses”. Como os tempos são outros, não se invoca a superioridade racial, mas, sim, uma igualdade sempre inexistente. Bhabha, ao falar dos ingleses na Índia dizia que o que se queria era



indianos anglicizados, o que sublinhava enfaticamente o não ser inglês (1998, p.132). “Quase o mesmo, mas não brancos” (p.135). Lobo Antunes coloca a situação na trama romanesca: “as cabanas dos escravos entre o jardim e o rio, junto ao mármore dos crocodilos na areia, os escravos a quem - embora continuassem escravos - chamávamos portugueses de cor” (p. 109). Carlos, um dos personagens narradores, é um mestiço bastardo, adotado pela mulher do engenheiro alcoolizado, seu pai e marido de Isilda. Sua descoberta de que é preto, apesar da pele clara, o desprezo de que é alvo por parte da avó materna e dos irmãos, aponta para a atitude com que olhavam o negro e os mestiços, esses, resultado do desrespeito à mulher negra: “meus irmãos me desprezam, a minha mulher que pela primeira vez reconheceu-me a cor e desprezou-me também, e digo que me reconheceu a cor por não cessar de examinar-me...” (p. 94). “Tu és preto” é a idéia que não cessa de atormentar Carlos, esse representante de - mais uma - das conseqüências do colonialismo, que, em Lisboa se torna um ‘traduzido’. Esse é o nome que Robins (apud Stuart Hall) dá àqueles que saem de seu país em busca da sobrevivência e não conseguem retornar, não sabendo mais exatamente quem são, o que são. Carlos não é português, não é africano, odeia Angola, mas não quer esquecê-la. O regime colonial embaralhou as peças e opôs brancos e negros, brancos e brancos e, pior que isso, opõe negros contra negros na sua própria terra. O negro que trabalhava para o branco de forma menos visível de escravidão é justificado pelos outros. Esse é o caso de Fernando, o criado que usava libré nos jantares dos brancos e a respeito de quem o bispo diz a Isilda: “o trabalho que lhe deve ter dado”. Sua morte é descrita de modo brutal: “o Fernando de joelhos no terraço golpeado pelas botas das tropas, as coronhadas na cara” (p. 111), esse Fernando que era preto para os brancos e branco para os pretos. A literatura põe abaixo qualquer mentira sobre igualdade racial. Isilda recorda o passado quando a madrinha lhe disse. “tu e essa preta nojenta e suspeitei pela primeira vez que a Maria da Boa Morte e eu não éramos iguais por a minha madrinha não me chamar de preta nojenta, suspeitei que ela era inferior a mim” (p.133). E mais adiante “sinceramente ignoro [porque] a minha mãe (...)

quando estava a morrer chamou uma bailunda de sandália de plástico (...) trocando-me por uma mulherzinha de senzala” (p. 227).

A estrutura do romance, para além de seus muitos narradores em tempos diversos, tem a ser salientado como marca da intenção de denúncia o fato de que tais narradores são sempre os brancos, brancos nascidos na África que se consideram europeus. Carlos, mestiço que está no meio das vozes brancas, sofre a situação de maneira diversa. O interesse que radica nessa escolha de personagens - ‘europeus’, mesmo que nascidos na África -, prende-se ao fato do autor, solidário como já foi dito, aparentemente querer evitar um sentimentalismo que teria efeitos diversos. Seu romance se acrescenta aos produzidos por autores africanos. O romance choca - e essa parece ser a intenção clara, visível -, por mostrar a - nova? - visão européia, a visão condenatória de um regime criado pelo europeu em que o Outro, o nativo, foi ignorado em função de uma diferença biológica, cor de pele, cabelos, por exemplo.

Os nativos - e não só os negros, mas também os asiáticos - são vistos pela ótica do colonizador como desonestos e imbecis, termos que se espalham pelo romance, dando conta de uma postura de superioridade da raça conquistadora; um colonizado só serve para roubar ou para faltar o respeito com o branco colonizador. Homi Bhabha fala na imagem de nativo litigioso, mentiroso que estava no centro das legislações coloniais (1998, p.148) e completa em outra passagem de seu estudo, afirmando que o colonizador fabricava a justificativa para o poder nas colônias na negação ao colonizado da sua capacidade, entre outras, de civilizar-se (p. 127). A supremacia cultural é produzida apenas no momento da diferenciação, segundo Bhabha (p. 64), o que permite inferir que é pela palavra proferida do alto de um estágio cultural diverso que se controla, que se domina. O colonialismo queimou as etapas de desenvolvimento do Outro, do nativo, atropelando irremediavelmente a sua história, nas palavras de Sartre (1961). Diz o pai de Isilda: “não entendemos Angola mesmo tendo nascido em Angola (...) este presente sem passado e sem futuro em que o passado e o futuro se incluem desprovidos de qualquer relação com as horas, os dias, a medida aleatória dos calendários, quando o único calendário é a chegada e a partida dos



gansos selvagens” (p. 259). O tempo do eterno retorno das culturas arcaicas foi ignorado.

Marc Ferro faz notar que a grande maioria dos filmes africanos trata da decadência dos africanos vítimas do colonialismo depois da descolonização (1996, p. 231). É esse o centro do romance de Lobo Antunes. Ao contar o caos depois de vinte anos da independência de Angola está trazendo à luz o que o foi o ‘antes’. Seu mérito, além da maneira muito própria com que narra, está em projetar também para o futuro a sua denúncia. Falando do passado, mostra que o presente contém o gérmen do que está por vir. E aponta o caminho da recuperação da identidade dos ex-colonizados, caminho difícil é certo. Franz Fanon reitera esta posição, considerando-a de importância crucial (apud Bhabha, p. 29), ainda que advirta sobre os perigos da fixação nos mitos do passado pré-colonial que podemos imaginar como uma fragilidade em relação ao mundo na sua nova face. Said, quando fala da guerra do Golfo, atenta sobre aquilo que o romance faz esteticamente:

Duas idéias básicas foram nitidamente retomadas do passado e ainda exercem influência. Uma delas era o direito da grande potência de salvaguardar seus interesses distantes, chegando mesmo à invasão militar; a segunda, que os povos das potências menores eram inferiores, com menos direitos, menos princípios morais, menos reivindicações (p. 70).

Numa situação em que mesmo entre as grandes potências há interdependência, coloca-se a questão de autonomia e soberania e da fragilidade dos ex-colonizados. Nas palavras do romance: “incendeiem-me a debulhadora por conta dos americanos, dos russos, dos franceses dos ingleses, dos que mandam” (p.290). E há que pensar que as estruturas implantadas pelo colonialismo estão fortes e talvez muitas vezes não percebidas pelos ex-colonizados. É, no mínimo, curioso que no Egito a cada ano se faça representar a ópera Aída de Verdi que é um símbolo da dominação. Comentando os efeitos do colonialismo, Edward Said sublinha sua intervenção nociva nas vidas pessoais e coletivas em ambos os lados da divisória colonial. E afirma Fanon: “O preto escravizado por sua inferioridade, o branco escravizado por sua superioridade, ambos se comportam de acordo com uma orientação neurótica” (apud Bhabha, p. 75). Se o que aconteceu durante a

vigência do regime foi terrível, mais terrível ainda se tornou pelos restos que deixou, feridas incicatrizáveis.

O que se sabe sobre o gênero romance permite ver a obra de Lobo Antunes como a que revela o seu momento. Ainda que sem o compromisso ou a intenção de copiar a realidade, o romance é uma forma cultural incorporadora, de tipo enciclopédico, para usar a definição de Said (1995, p. 109). E, se representou o pensamento imperialista durante a vigência do regime colonial, tem-se hoje o romance que representa a sua negatividade. O arrependimento - que se infere do que Marc Ferro vê na atitude da intelectualidade européia hoje - está representado muito cedo já nos primeiros romances de Lobo Antunes, a literatura cumprindo o papel de preencher os espaços em branco, pois, como observa Vargas Llosa no seu ensaio sobre o romance, aquela diz o que o historiador não pode dizer (1990, p. 18). Mesmo procurando a verdade mais próxima do que aconteceu no passado, o historiador deve ater-se aos documentos, e sensibilidades são ignoradas porque não registradas em documentos oficiais.

Ao destacar apenas as vozes dos brancos, o autor reforça a sua posição a favor dos negros humilhados uma vez que é o relato desses brancos - indivíduos de uma mesma família da qual faz parte um mestiço - que mostra a crueldade do regime em contraposição ao silêncio dos africanos colonizados; o silêncio da humilhação que faz Isilda contar a sua atitude. “O comandante da polícia erguia a chibata ou encostava-lhes a pistola ao ouvido e um silêncio sem queixas (...) não protestando, não se revoltando, pedindo-nos desculpa da maçada de os castigarmos” (p. 359). Em *O esplendor de Portugal*, é o branco colonizador que se acusa como ator do processo colonial, que conta as suas atrocidades, essas, inevitavelmente, geradoras de outras atrocidades na hora da revolta: “dezenas e dezenas de brancos com os testículos, as orelhas, os narizes enfiados na garganta” (p. 210). A posição colonialista mais se reforça - para ser condenada - quando a narrativa chama a atenção para as mortes dos brancos, como se fosse injustiça, enquanto a morte dos negros pelos maus tratos, pela exploração no trabalho parece fazer parte normal da vida: “uma fazenda (...) lavrada por luchazes comprados mais barato (...) e portanto ainda piores e com mais doenças do que as



avantesmas que tínhamos, o meu pai vinha (...) espicaçá-los com o bastão sem acreditar em desculpas de paludismo e diarréias” (p. 204).

Said comenta certas posições a respeito do colonizador e do regime colonial que dizem que para entender o sujeito colonizado somente outro colonizado. Apontando-as como falsas, ele diz que (...) “em decorrência disso, provavelmente defenderemos a essência ou a experiência em si, em lugar de promover o conhecimento dela (...) Por conseguinte, transferiremos a experiência diferente dos outros para uma posição inferior” (1995, p. 65). Nesse sentido, é que está o valor do romance de Lobo Antunes. Sua fala de certa forma - mas de forma diferente - tem mais força que aquela que emerge do ex-colonizado.

Numa espécie de reação em cadeia, os nacionalismos fortalecidos pela problemática da identidade permitiram ver o Outro e sentir que a ele deve ser devolvida a sua identidade roubada. O personagem Carlos lembra contraditoriamente a África. É uma maneira de metaforizar a busca da identidade daquele que tem suas raízes lá.

Verifica-se, pois, que a presença da História pode estar na literatura portuguesa contemporânea - e mundial - desconstruída pela ironia, como ocorre no romance de José Saramago ou, como em *O esplendor de Portugal*, onde se vê a memória a clamar pela História e sua revisão para que o esquecimento não deite seu véu sobre a vergonha do passado. Lembre-se mais uma vez a literatura portuguesa contemporânea como aquela que fala para o mundo porque é resultado de um mundo onde os problemas são os mesmos, e as soluções são procuradas.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, António Lobo. *O esplendor de Portugal*. 2ª ed. Lisboa: Publicações Don Quixote, 1997.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 1998.

BRUIT, Héctor H. *O imperialismo*. 14ª ed., São Paulo: Atual, 1994.

FERRO, Marc. História das colonizações – das conquistas às independências - séculos XIII a XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 3ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

LLOSA, Mario Vargas. La vérité par le mensonge. Paris: Gallimard, 1990.

LOURENÇO, Eduardo. Nós e a Europa ou as duas razões. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1994.

MATTOSO, José. A identidade nacional. Lisboa: Gradiva, 2001.

SARAMAGO, José. História do cerco de Lisboa. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SARTRE, Jean-Paul. In: Prefácio FANON, Franz. Os condenados da terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

